

# 13. Encontro da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas

As Bibliotecas  
Públicas Hoje

4-5 Maio 2012

Centro de Congressos do Estoril

Sua Ex.<sup>a</sup> o Secretário de Estado da Cultura, Dr. Francisco José Viegas,

Exmo. Sr. Presidente da Camara Municipal de Cascais, Dr. Carlos Carreiras,

Exma. Sr.<sup>a</sup> Presidente da Camara Municipal de Vila Franca de Xira, Dr.<sup>a</sup> Maria da Luz Rosinha,  
em representação do Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses

Exma. Sr.<sup>a</sup> Presidente da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, Dr.<sup>a</sup> Maria Paula Santos

Exmos. Senhores Autarcas, Bibliotecários e outros técnicos de bibliotecas,

Exmos. Senhores Convidados,

Caros Colegas e Amigos,

Como é do conhecimento geral, faz agora 25 anos, que o X Governo Constitucional deliberou, por iniciativa da Dr.<sup>a</sup> Teresa Patrício Gouveia, enquanto Secretária de Estado da Cultura, dar início, em parceria com os Municípios, a um Programa que visava a edificação de uma rede de bibliotecas públicas municipais em todo o país. Estabeleceu-se, desde o início, que a responsabilidade da implementação deste Programa estaria a cargo do Instituto Português do Livro e da Leitura, um dos organismos do passado de que a atual Direção-Geral do Livro e das Bibliotecas “herdou” um número significativo de atribuições e competências.

Esse Programa, conhecido por Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, tem-se mantido ao longo deste quarto de século, através de Governos com diversas sustentabilidades políticas e de inúmeras vicissitudes financeiras e económicas. E apoiou parcialmente a construção, o equipamento e a aquisição dos primeiros fundos documentais de perto de duas centenas de Bibliotecas Municipais que estão hoje em pleno funcionamento e que cobrem de forma equilibrada o território de Portugal Continental. Falta, de facto, expandir de forma sistemática este Programa para as Regiões Autónomas.

Estas bibliotecas, de acordo com critérios estabelecidos, têm diversos tipos e dimensões e respeitam genericamente os princípios e as orientações definidas pela UNESCO e IFLA nesta matéria. O investimento concretizado, através de contratos-programa entre a Administração Central e os Municípios, anda perto dos 170 milhões de euros e o contratualizado cerca de 200 milhões de euros, atingindo a participação da Administração Central, através do orçamento da DGLB, o teto máximo de 50 % do investimento inicial. Para um cabal esclarecimento, convém referir que algumas destas bibliotecas foram também financiadas por Programas Comunitários.

Após a sua abertura, a responsabilidade da gestão e manutenção da biblioteca pública (estamos a falar de custos de pessoal, de manutenção do edifício, de renovação de equipamentos e de fundos documentais, etc.) passa a ser do Município, uma vez que este é o seu proprietário, sendo a participação da DGLB entendida como um mero apoio ao desenvolvimento dos serviços.

Por conseguinte, gostava de assinalar bem que a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas é, fundamentalmente, um Programa da Administração Central de investimento para a criação e instalação de bibliotecas municipais. Quer isto dizer, que, naturalmente, existem bibliotecas municipais fora deste Programa.

São inúmeros os motivos para esta situação e não se justifica estar aqui a enumerá-los. Porém, é de alguma justiça salientar um deles: desde há cinco anos que a Administração Central não assina novos contratos-programa com os Municípios para a criação de bibliotecas... Por isso, é natural que alguns deles, desesperados de esperar por uma resposta, positiva ou negativa, por parte da Administração Central, tenham resolvido recorrer a outras fontes de financiamento (em particular, ao QREN)... No entanto, convém referir, que o fazem, respeitando os parâmetros estabelecidos pela DGLB para os projetos de bibliotecas públicas.

Podemos, assim, afirmar que temos uma rede de bibliotecas públicas municipais com infraestruturas de elevada qualidade, que tem recebido elogios e é referenciada por inúmeras personalidades e entidades, tanto portuguesas como estrangeiras, e que existe um saudável consenso na nossa sociedade quanto ao seu contributo para o enraizamento e expansão dos hábitos de leitura e, conseqüentemente, para o desenvolvimento sociocultural do nosso povo.

“Uma revolução silenciosa” foi a expressão que alguém aqui na sala, já há muitos anos, utilizou para caracterizar o contributo desta rede de bibliotecas públicas para elevar os níveis formativos da nossa população e desenvolver a sensibilidade e o gosto pela leitura, em particular, nas regiões onde o acesso à informação ainda hoje é bem difícil. E a expressão ganhou foros de cidadania.

Mas toda a gente sabe que não basta uma boa rede de equipamentos para o sucesso de um Programa. Por isso, é de toda a justiça enaltecer, como já o fiz publicamente, “o trabalho empenhado, semelhante ao de militantes anónimos, dos bibliotecários que, coadjuvados por outros técnicos e, principalmente, apoiados por inúmeros autarcas com visão de futuro, têm feito das bibliotecas públicas municipais dinâmicos centros culturais, abertos às necessidades de informação, formação e fruição cultural das comunidades onde se inserem”.

Nos nossos dias, vinte e cinco anos é muito tempo em qualquer sector de atividade; e, de modo ainda mais acentuado, no sector do livro e da leitura, ou, para ser mais abrangente, nos circuitos de acesso à informação e ao conhecimento, onde as bibliotecas públicas têm um papel nuclear.

Antes do mais, o próprio país, em termos demográficos, mudou. Hoje, lamentavelmente, as assimetrias acentuaram-se: o interior desertificou-se ainda mais e o litoral agravou as suas já elevadas taxas de densidade populacional. Esta situação levanta inegáveis problemas organizativos que afetam, de forma inquestionável, equipamentos, como as bibliotecas públicas, que necessitam de estar bem integrados nas comunidades.

Não vou estar aqui a antecipar uma reflexão que será a matéria deste Encontro; mas é reconhecido que as bibliotecas públicas e as autarquias têm feito, neste aspeto, um sério esforço para se adaptarem a esta situação, criando soluções que sejam ao mesmo tempo eficazes no tipo de serviço que prestam aos seus munícipes e, por outro, adaptadas as suas cada vez mais difíceis condições de sustentabilidade financeira (recordo que na Rede Nacional de Bibliotecas Públicas existem 69 bibliotecas com polos bibliotecários e 53 com bibliotecas itinerantes). Simplesmente, estes problemas de assimetria demográfica, em particular nas áreas de mais baixa densidade populacional, tornaram-se de tal forma graves que já não podem ser exclusivamente encarados ao nível concelhio, determinando que se encontrem soluções organizativas de tipo regional e levando, por isso mesmo, a que as Autarquias sejam impelidas a perspetivar, a esse nível, soluções intermunicipais não só para a implementação de equipamentos, mas, em particular, para a sua manutenção de forma realista e eficaz.

Além disso, estas dinâmicas demográficas têm afetado os próprios modelos de gestão do serviço de biblioteca pública. Como é sabido, elas deram origem, por um lado, a gigantescas concentrações populacionais nos grandes centros urbanos, provocando focos de população com uma notória perda de identidade cultural e de referência aos valores socioculturais que até aí contribuíram para a sua inclusão social e para a criação de espírito comunitário, e, por outro, a vastíssimas regiões polvilhadas de populações marcadamente envelhecidas e deprimidas. Estas situações têm preocupado de forma crítica os agentes promotores da

leitura pública, incluindo os bibliotecários, obrigando-os a estratégias diversificadas, com parâmetros próximo do assistencial, de captação de leitores.

Mas não foi só a este nível que houve significativas mutações no perfil do potencial utilizador das bibliotecas públicas. Hoje, como também se sabe, existe uma população com um nível de escolaridade mais elevado, o que, naturalmente e de modo positivo, lhe deu maiores exigências de informação e de fruição cultural que as bibliotecas devem procurar satisfazer.

Aliás, - e aqui está outra nota positiva -, desenvolveu-se, entretanto, no nosso país, uma excelente rede de bibliotecas escolares que, intervindo dentro das instituições de ensino e estando vocacionada para satisfazer as necessidades formativas e de gosto pela leitura dos mais novos, tem complementado e até, naturalmente, substituído o papel que as bibliotecas públicas vinham até aí exercendo junto da população escolar. Mas esta saudável presença de outra rede de bibliotecas no seio das comunidades de municípios obriga a que as bibliotecas públicas reconfigurem a sua ação, incrementando a cooperação com as bibliotecas escolares e definindo novos tipos de prestação de serviços.

Convém referir ainda que, na presente ação de acompanhamento dos mais novos no reforço dos seus hábitos de leitura, tem tido uma relevância expressiva a ação do Plano Nacional de Leitura. De facto, é de realçar os bons resultados deste projeto, não só devido ao sucesso que obtém entre a população jovem - para quem foi intencionalmente criado -, mas, em particular, na sensibilização dos encarregados de educação para a importância de ler e de incentivar o desenvolvimento dos hábitos de leitura nos seus filhos.

Por isso, penso que - e todos os indicadores disponíveis, incluindo os resultantes dos estudos encomendados regularmente pelo Plano Nacional de Leitura, o comprovam - é indubitável que hoje se lê mais, muito mais, do que há vinte e cinco anos atrás.

Dir-me-ão: fraco sucesso. E a minha resposta é que não é um fraco sucesso, mas um frágil sucesso.

De facto, a batalha contra a exclusão social que origina os diminutos hábitos de leitura tem que ser constante e não pode afrouxar na sua intensidade. Foi com esse objetivo que as bibliotecas municipais, desde o início do Programa da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, se procuraram apetrechar de outro tipo de documentos, principalmente sonoros e audiovisuais, que complementassem, como instrumentos de cultura, os convencionais livros, jornais e revistas. E, no mesmo sentido, têm feito um significativo esforço para disponibilizarem os meios informáticos necessários para que os seus utentes e leitores possam aproveitar esse já indispensável circuito de informação e formação que é a internet.

Mas, presentemente, as bibliotecas públicas, por força do digital vão ter de se adaptar a novos suportes de leitura, entre os quais, o livro eletrónico. É certo que o nosso país só agora começa a sofrer os primeiros impactos e que a oferta, em particular no universo do livro generalista em língua portuguesa, ainda não é tão expressiva como a já existente noutros países e em outras línguas. Mas a tendência natural é para crescer e começar a ter um papel ativo nas nossas bibliotecas; aliás, já é previsível que certos segmentos editoriais se canalizem, num futuro mais ou menos próximo, exclusivamente para a edição eletrónica. Por isso, é natural o aparecimento de leitores interessados em satisfazer as suas necessidades de conhecimento e fruição cultural através deste meio, tornando-se, por conseguinte, indispensável - e com alguma urgência - que as nossas bibliotecas públicas ponderem sobre o seu papel neste novo circuito editorial e estudem quais as modalidades decorrentes de empréstimo domiciliário, sob pena de ficarem impreparadas e com dificuldades em responder a este novo desafio.

Aliás, as novas tecnologias de informação e comunicação estão a contribuir decisivamente para reformular o próprio conceito de "biblioteca", com incidências até no programa arquitetónico. Basta recordar, a título de exemplo, que a acessibilidade à informação dispensada pela biblioteca poderá ser, com os novos meios digitais, satisfeita em casa do leitor, levando a uma redução significativa do espaço para leitura e possibilitando a sua afetação para outras iniciativas.

Para agravar este turbulento cenário, estamos, como é do conhecimento de todos, a viver uma gravíssima crise financeira que condiciona, tanto na administração central como local, as possibilidades de investimento em equipamentos e, em particular, nos culturais. É natural,

por conseguinte, que, quem tenha responsabilidades na gestão de meios financeiros públicos, procure racionalizar os seus investimentos através da fusão de entidades e da agregação de equipamentos, como forma de tornar menos dispendiosas a prestação de alguns serviços. E, nesta linha, também não admira que os responsáveis pela manutenção dos equipamentos culturais tentem reforçar a sua polivalência, integrando as bibliotecas públicas em complexos culturais mais vastos.

Convém, no entanto, entender que as bibliotecas não podem perder o sentido do seu objeto primordial: promover o desenvolvimento dos hábitos de leitura e combater a iliteracia, permitindo, ao mesmo tempo, um acesso democrático, gratuito, fácil e atraente à informação e ao conhecimento.

Por isso mesmo, há certos mínimos de investimento que um gestor de uma biblioteca pública não pode deixar de assegurar: uma biblioteca não funciona se não tiver meios humanos e técnicos (equipamentos, incluindo os informáticos, e fundos documentais atualizados) que tornem o acesso à informação mais útil e eficaz. Todos nós sabemos que uma biblioteca pública não é um armazém cheio de estantes com livros mais ou menos velhos; mas os constrangimentos financeiros podem levar certos gestores a entenderem que “mais vale isso do que nada...” Cuidado, essa lógica não funciona de todo no universo das bibliotecas públicas: se algum gestor assim pensar, não pode admirar-se de um dia descobrir que a sua biblioteca está vazia de públicos e que esta pareça um investimento inútil.

Estas considerações vêm a propósito de uma sucinta análise dos indicadores recolhidos pelo inquérito estatístico que a DGLB todos os anos efetua e cujo Relatório Estatístico Síntese, agora concluído, integra a pasta documental dos participantes deste Encontro. Note-se que os inquéritos recolhidos atingem, à data do início do mês passado, uma taxa de respostas de pouco mais de 80 % das bibliotecas públicas, sendo que a taxa de resposta a algumas das questões é francamente baixa. Aliás, gostaria de fazer um apelo a todas as bibliotecas públicas municipais para que façam um esforço para responder, em tempo útil, a este inquérito, já que ele permite produzir indicadores preciosos para perceber a evolução e o estado da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas. Sem estar a alongar-me sobre números que todos podem ler, gostaria, no entanto, de realçar três evidências muito importantes.

A primeira, é que é necessário percorrer um longo caminho para as nossas bibliotecas públicas municipais se aproximem dos indicadores recomendados pela IFLA. A maior parte dos indicadores recolhidos não atingem sequer metade dos valores recomendados. Um exemplo: enquanto a IFLA recomenda que nas coleções das bibliotecas exista entre 2 e 3 documentos por habitante, nas nossas bibliotecas públicas ultrapassou-se agora o nível de 0,8 títulos de documentos monográficos por habitante, sendo as taxas ainda mais baixas para outro tipo de documentos. É certo que aumentou no último ano; mas está ainda muito longe de atingir o recomendado.

A segunda, - para nós, de facto, a mais preocupante -, é que os indicadores revelam que não se está a efetuar a renovação das coleções das nossas bibliotecas públicas, existindo quebras significativas ao nível das aquisições. Se compararem, por exemplo, as taxas de aquisição anual de títulos de monografias por mil habitantes, verão que, entre 2009 e 2011, caíram em cerca de 40 %: em 2011, as nossas bibliotecas públicas adquiriram pouco mais de 19 títulos por mil habitantes, bem longe do que a IFLA recomenda. E, se sairmos do universo das monografias, veremos que existe uma quebra em todo o tipo de aquisições, à exceção dos meios informáticos.

A terceira, é que, mesmo assim, não tem havido quebras significativas nos utilizadores ativos (a não ser nos utilizadores infantis, cuja quebra se justificará, provavelmente, com as recentes alterações de horário escolar e, como é óbvio, com o papel crescente das bibliotecas escolares). Mas, se compararmos estes indicadores com o número de utilizadores ativos em termos absolutos, compreendemos que semelhante inexistência de quebras se deve à baixa utilização por parte das comunidades das nossas bibliotecas públicas municipais.

Ora, estes dados levam-nos a considerar que é necessário efetuar um esforço gigantesco para rentabilizar estes equipamentos, reforçando as suas taxas de utilização. Não há dúvida nenhuma que se construiu uma rede de bibliotecas de elevada qualidade; mas também não há dúvida que esta não está a ter uma devida utilização.

Perante estes cenários negativos, há sempre a tendência para procurar culpados. Creio que essa atitude não é a correta: o importante, na realidade, é tomar consciência da situação grave em que as nossas bibliotecas públicas municipais se encontram e procurar, todos juntos, responsáveis da administração central e local, bibliotecários e outros funcionários, associações profissionais, promotores da leitura e outros agentes, as competências e os meios necessários para iniciar a imprescindível curva ascendente, tendo em conta que, como diz a sabedoria popular, “Roma e Pavia não se fizeram num dia”...

Quando encarámos a hipótese de, em colaboração com a BAD, realizar este Encontro, um dos nossos objetivos é que ele marcasse um momento de viragem neste estado de coisas. Pretendia-se, e pretende-se, com a colaboração dos Autarcas e dos técnicos com responsabilidades na ação das bibliotecas públicas municipais, concretizar uma reflexão conjunta que permita dar um novo impulso e uma nova dinâmica ao seu trabalho. Além disso, que desse substância a uma nova fase na relação entre a futura Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, as Autarquias e as bibliotecas municipais. Como se costuma dizer nestas circunstâncias, todos não somos de mais.

De facto, no quadro da futura Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB) vamos procurar, com os condicionalismos que são do conhecimento de todos, tentar contribuir para que esta situação se altere.

Em primeiro lugar, e resultante de se ter atingido uma ampla cobertura do território de Portugal continental com bibliotecas públicas municipais, já não se justifica a canalização quase integral dos meios da Direção de Serviços de Bibliotecas para o acompanhamento de projetos de construção e equipamento destas bibliotecas. Terão que se manter, é evidente, certos meios, porque existem ainda algumas dezenas de contratos-programa em execução; mas ter-se-á que efetuar uma reestruturação dos serviços de forma a dar um outro apoio às bibliotecas públicas existentes e em funcionamento.

É verdade que já se efetuava algum acompanhamento, em particular através do Programa de Promoção da Leitura da Direção de Serviços do Livro. Lamentavelmente, no último ano, por dificuldades orçamentais, este Programa foi quase suspenso de forma integral, distribuindo-se apenas algumas ações por alturas do Concurso Nacional de Leitura. Vamos procurar, ainda este ano, se possível no segundo semestre, começar a aumentar o número de ações contratualizadas e disponíveis em carteira, e esperar para que, em 2013, possa funcionar com meios aceitáveis.

Mas, na nossa perspetiva, pode e deve ser feito mais pela DGLAB no âmbito do acompanhamento à ação das bibliotecas. Assim, é nossa intenção, começar ainda este ano, a efetuar um levantamento de boas práticas em apoio dos segmentos sociais com maiores dificuldades de acesso à informação e à leitura, de forma a generalizar essas experiências através de uma carteira de programas formativos que permitam transmitir competências aplicáveis aos diversos circunstancialismos sociais. Neste campo, podem e devem ser divulgados certos modelos organizativos, resultantes de parcerias entre as bibliotecas públicas e outras entidades que intervêm de forma assistencial no combate à exclusão social, utilizando o acesso à informação como elemento integrador.

Pensamos que a futura DGLAB poderá ter também um papel mais ativo no reconhecimento público, e à escala nacional, das boas práticas de combate à iliteracia e de reforço dos hábitos de leitura das nossas bibliotecas públicas municipais. Assim, para além do que já é realizado no âmbito da divulgação no site da DGLB e no Portal da RCBP, creio que é possível contribuir para uma maior sensibilização das redações dos media para a importância deste trabalho. Nesse sentido, estamos a pensar criar um concurso nacional de iniciativas das bibliotecas públicas, de gestão municipal, no combate à iliteracia, onde se possa premiar as experiências com maior sucesso. Oportunamente, informar-se-á as bibliotecas do regulamento deste concurso e a forma como poderão participar nele.

Satisfazendo um antigo anseio dos bibliotecários e de todos os agentes que contribuem para democratizar a acessibilidade à informação e ao conhecimento, vamos dar início aos trabalhos preparatórios necessários para esboçar o articulado de uma Lei-quadro das Bibliotecas Públicas, concebendo um documento-base que deverá ser aberto à análise e discussão de autarcas e bibliotecários. Sei que este projeto vai enfrentar inúmeras dificuldades e receio até que algumas incompreensões. A nossa perspetiva, ao avançar com

esta proposta, não é criar cenários irrealistas e completamente desadequados às possibilidades concretas das diversas entidades que intervêm neste domínio. Por isso, é necessário definir um conjunto de parâmetros e orientações que sejam, ao mesmo tempo, amplamente consensuais e conceptualmente admissíveis.

Neste mesmo sentido, é nosso desejo começar a estabelecer novas parcerias com os Municípios, onde se defina as formas de cooperação entre a DGLAB e a administração local com o objetivo comum de rentabilizar as bibliotecas públicas municipais existentes e de estreitar a sua ligação às comunidades que servem. No essencial, procura dar-se continuidade à frutuosa colaboração que até hoje existiu entre a Administração Central e Local e que permitiu a edificação de uma rede de equipamentos elogiada por todos. Nesta nova fase, e no seguimento de outros apoios já realizados pela DGLB, pretende-se alargar este modelo de parcerias a todas as bibliotecas públicas municipais, integrem elas ou não o Programa da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas. De facto, a nossa ambição é que todas as bibliotecas públicas municipais se aproximem das missões e dos indicadores estabelecidos pela UNESCO e IFLA e, nessa perspetiva, não se justifica as anteriores delimitações.

Para terminar, gostaria de afirmar que tenho consciência, como já disse acima, de que “Roma e Pavia não se fizeram num dia”... principalmente, tendo em consideração as gravíssimas condições financeiras que o país atravessa e que atingem todas as entidades com responsabilidades neste sector. Por isso, o que aqui delineamos é basicamente um Programa a longo prazo que se pretende dar início agora com os condicionalismos de meios conhecidos de todos.

Quem trabalha nesta área do combate à exclusão social resultante das dificuldades de acesso à informação tem de ter uma atitude generosa e aberta ao sonho de se conseguir atingir patamares superiores de felicidade e de desenvolvimento pessoal para a maior parte dos nossos concidadãos. A nossa tarefa, neste âmbito, é ser realista e contribuir para a concretização deste sonho com os meios existentes.

Ora, é precisamente isso que se pretende fazer. Nada mais.

Muito obrigado.

**José Manuel Cortês**

**Diretor-Geral do Livro e das Bibliotecas**